

PARLAMENTO EUROPEU LIMITA O USO DE FONTES ALIMENTARES NA FABRICAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

A utilização de biocombustíveis produzidos com fontes alimentares, incluindo o etanol de cana, estará limitada em 5,5% no cumprimento da meta de 10% de energia renovável para o setor de transporte da UE até 2020. Dentro da meta, 2% dos biocombustíveis deverão ser de segunda e terceira gerações, derivados de resíduos (palha, lixo, etc.), o que poderá incluir o bagaço e a palha da cana e beneficiar as exportações brasileiras. Essas medidas fazem parte da proposta legislativa, [aprovada no dia 11 de julho](#) pela Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) do Parlamento Europeu, para mudar as regras vigentes do setor de biocombustíveis na União Europeia (UE).

A decisão da ENVI é resultado de consultas feitas a várias comissões parlamentares e deverá ser votada em plenário em setembro. Também será necessário o aval dos Estados-Membros da UE, que estão profundamente divididos sobre a questão.

Segundo a assessora sênior para assuntos internacionais da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), Geraldine Kutas, baseada em Bruxelas, algumas medidas adotadas são positivas para o etanol brasileiro. São elas:

- Uma submeta de 2% para os biocombustíveis de segunda e terceira gerações, derivados de resíduos (palha, bagaço, lixo, etc.), que podem ser utilizados para produzir etanol avançado. O texto fala em palha de forma genérica e, de acordo com Kutas, “podemos incluir palha de cana nessa definição”.
- O índice de redução de emissões de gás de efeito estufa (GEE) previsto na diretiva [Qualidade dos Biocombustíveis aumentará](#) de 6% em 2020 para 9% em 2025. Essa medida poderá beneficiar o Brasil, explica Kutas, porque prolonga o sistema, dando previsibilidade ao mercado e consequentemente gerando negócios, sem contar que o etanol de cana tem um desempenho ambiental muito bom.

(continua)

Nesta Edição

A cooperação internacional dentro do Horizonte 2020, o programa de P&D da UE	Pág 02
Acordos Internacionais	
Primeira rodada de negociação UE-EUA identifica convergências e divergências	Pág 05
UE e EUA assinam acordo para harmonizar normas técnicas	Pág 06
UE e Japão avançam nas negociações para um Acordo de Livre Comércio	Pág 06
Colômbia-UE: acordo comercial entra em vigor a partir de agosto	Pág 06
Bruxelas em Movimento	
UE lança parcerias público-privadas para fomentar pesquisa e inovação	Pág 07
UE cria plataforma de debate sobre bioeconomia	Pág 08
Consumidores europeus estão confusos com informações sobre produtos ecológicos	Pág 08
Agenda da UE - destaques de agosto e setembro de 2013	Pág 09

A próxima edição do Informativo de Bruxelas será em 30 de setembro, devido as férias das instituições europeias no mês de agosto.

No entanto há medidas potencialmente negativas para o etanol brasileiro, segundo Kutas:

- Limitação em 5,5% para os biocombustíveis feitos de matérias-primas agrícolas, incluindo o etanol de cana, e de culturas energéticas, como capim-elefante, cana etc.
- Até 2016, os Estados-Membros deverão calcular a quantidade de emissões indiretas causadas por todo tipo de biocombustível – o chamado fator indireto da mudança do uso da terra ([ILUC – Indirect Land Use Change](#)) -, mas esses números não serão contabilizados e terão apenas efeito demonstrativo.

A partir de 2016, os Estados-Membros deverão informar à Comissão os valores ILUC e, a partir de 2020, será obrigatório computá-los na contagem de redução de emissões de GEE. Os valores de ILUC serão atualizados pela Comissão Europeia em 2017.

AS CONTAGENS

- Foi também estipulada uma submeta de 2% para energia elétrica no transporte, porém com contagem múltipla (4 ou 2 vezes, dependendo do caso). Isso significa que, se o uso de energia elétrica no transporte será multiplicado por dois, o uso real - no caso de uma meta de 2% - será de apenas 1%.
- Os biocombustíveis de segunda e terceira gerações também terão contagem múltipla (4 ou 2 vezes, dependendo do caso), mas somente aqueles produzidos com algas e bactérias terão contagem quádrupla.

Na prática, o raciocínio é o mesmo da contagem de energia elétrica. Ao contabilizar várias vezes o uso da energia dos biocombustíveis de segunda e terceira gerações, a frota não estará economizando tanta energia fóssil, mas apenas metade ou um quarto da meta, dependendo do caso. No caso da contagem quádrupla, ao pensar que se está usando, por exemplo, 1% desse tipo de energia renovável, na verdade se estará usando apenas 0,25%.

- Os biocombustíveis à base de outras matérias-primas terão contagem “real”, ou seja, 1 para 1.

PRÓXIMOS PASSOS

- O [voto em plenário](#) está previsto para o dia 9 de setembro.
- Na sequência, o PE começará a negociar com o Conselho e a Comissão. Não há previsão, mas provavelmente as conversas se estenderão até o fim do ano. O texto final que sairá dessa negociação deverá voltar ao PE para aprovação.

A cooperação internacional dentro do Horizonte 2020, o programa de P&D da UE

O [Horizonte 2020](#), próximo programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da União Europeia (UE) para o período 2014-2020, foi validado pela Comissão de Representantes Permanentes dos Estados-Membros no dia 17 de julho. Com mais uma etapa vencida, o Horizonte 2020 deverá entrar em vigor em janeiro de 2014. Agora o pacote legislativo seguirá a plenário para votação prevista para 22 de outubro, o que não deverá enfrentar resistências, porque o [Parlamento Europeu já fechou um acordo informal](#) com a Comissão Europeia (CE) e o Conselho no final de junho.

O programa prevê investimentos de cerca de 70 bilhões de euros em P&D. Ele substituirá o Sétimo Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento (FP7), que estará em vigor até o final de 2013 e que compreendeu investimentos na ordem de [55,51 bilhões de euros](#) entre 2007 e 2013.

O Horizonte 2020, assim como o programa anterior, reconhece a importância da cooperação internacional em ciência e tecnologia e se apresenta [“totalmente aberto à participação de terceiros países”](#). Porém a CE diz que

haverá mais ênfase no acesso recíproco dos programas de pesquisa. Os acordos de associação continuarão a ser o foco do Horizonte 2020, entretanto a CE lembra que os países que estejam associados ao atual FP7, como é o caso do Brasil, deverão renegociar seus acordos sob o novo programa. Mais informações neste [link](#).

O [executivo europeu defende](#) que pesquisa e desenvolvimento sempre estiveram interligados internacionalmente e isso tem se acentuado bastante nos últimos anos por meio da tecnologia da informação e da comunicação, assim como a participação de novos atores mundiais na área de ciência e tecnologia. “A política internacional de co-operação científica da UE aborda as necessidades e oportunidades de um mundo interconectado”, segundo a CE.

Os objetivos do Horizonte 2020, e consequentemente da política de cooperação internacional da UE, são:

- Reforçar a excelência e a atratividade da UE em P&D, bem como a sua competitividade econômica e industrial;
- Enfrentar os desafios globais da sociedade;
- Apoiar as políticas externas da UE, tais como comércio, desenvolvimento etc.

A [nova estratégia de P&D](#), lançada pela CE em setembro de 2012, ressalta que se deve levar em conta o panorama global da pesquisa e cita como exemplo os investimentos duplicados em pesquisa e inovação, feitos entre 2000 e 2009 pelos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Conforme o [relatório de 2011 do FP7](#) (o de 2012 ainda não foi publicado), 6% dos participantes são parceiros de fora da UE. O Brasil está em quinto lugar, depois dos Estados Unidos, Rússia, China e Índia, entre os dez países terceiros com maior número de projetos iniciados. Leia a ficha do Brasil neste [link](#).

De acordo com dados da CE, a UE é responsável por 24% dos investimentos mundiais em pesquisa, 32% das publicações de grande impacto e 32% dos pedidos de registro de patentes, embora represente apenas 7% da população mundial.

ACORDOS INTERNACIONAIS

Primeira rodada de negociação UE-EUA identifica convergências e divergências

A primeira rodada de negociações para um acordo da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), aconteceu entre 8 e 12 de julho, em Washington (EUA). Vários grupos de trabalho abordaram cerca de 20 temas, tentando “identificar áreas de convergência” e estudando “como as divergências podem ser reconciliadas”, [declarou ao final o negociador-chefe europeu](#), Ignácio Garcia-Bercero. O negociador do lado norte-americano, Dan Mullaney, explicou que nessa etapa os grupos discutiram as principais áreas que deverão ser incluídas no acordo, traçando prioridades e objetivos.

O foco dessa rodada foi mais o alinhamento das normas regulamentares entre os dois lados e menos a redução de tarifas, que em média é apenas de 4%, o que a Comissão Europeia considera um percentual “baixo”. O desafio dessas negociações, [ainda segundo a CE](#), será enfrentar as barreiras da fronteira alfandegária - como as diferenças entre regulamentos técnicos, normas e certificação, o que muitas vezes representa tempo e dinheiro para as empresas. Por exemplo, as regras de segurança de um carro devem ser aprovadas na UE e o mesmo carro deve se submeter a uma nova verificação se exportado para os EUA.

Os grupos de trabalho dividiram-se de acordo com os seguintes temas: investimento, compras governamentais, serviços entre fronteiras, comércio eletrônico, telecomunicações, têxteis, regras de origem, energia e matérias-primas, direitos de propriedade intelectual, regras trabalhistas, acesso de bens agrícolas e industriais ao mer-

cado, pequenas e médias empresas, solução de controvérsias, concorrência, empresas estatais, localização, questões regulatórias, barreiras técnicas comerciais (TBT) e medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS).

Garcia-Bercero afirmou que [a rodada foi “muito produtiva”](#) e que “ambos os lados estão comprometidos com ambições de alto nível”. Segundo o negociador-chefe europeu, os dois lados ainda não estão prontos para trocar ofertas nas áreas relacionadas com acesso ao mercado (bens, serviços, contratos públicos e investimento), mas tiveram um diálogo construtivo para estruturar as próximas etapas e em alguns casos discutiram modalidades para futuros compromissos.

Ainda de acordo com Garcia-Bercero, há várias convergências nas áreas relacionadas com regras comerciais, como propriedade intelectual, energia, concorrência, empresas estatais, facilitação de comércio e desenvolvimento sustentável (regras trabalhistas e de meio ambiente). Nesse capítulo, os dois lados começaram a estruturar o que poderá ser um futuro capítulo do acordo.

Os negociadores também se reuniram com cerca 350 representantes de vários setores da sociedade, como acadêmicos, sindicalistas, empresários e organizações não governamentais. Deles ouviram vários comentários e a eles responderam perguntas. O lado europeu também promoveu [sua consulta à sociedade civil](#), no dia 16 de julho.

Os dois lados já têm uma relação comercial forte. Representam metade do Produto Interno Bruto mundial e todos os dias realizam trocas comerciais de bens e serviços no valor de dois bilhões de euros, de acordo com a CE. Os investimentos norte-americanos na UE são três vezes superiores aos que são realizados na Ásia, e a UE investe nos EUA oito vezes mais do que investe na Índia e na China juntas.

PRÓXIMA ETAPA

A segunda rodada acontecerá em outubro, em Bruxelas, e, segundo Garcia-Bercero, os trabalhos serão intensificados em todas as áreas.

UE e EUA assinam acordo para harmonizar normas técnicas

[Agências de pesquisa americana e europeia assinaram um acordo](#) para estreitar a colaboração no desenvolvimento de normas técnicas e medidas, acrescentando 10 áreas de cooperação científica, que incluirão energia, transporte e remédios. O acordo foi assinado em 17 de julho, em Washington, poucos dias após a primeira rodada de negociação para a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP).

O acordo entre o Instituto Nacional dos EUA de Padronização e Tecnologia (NIST) e o Centro de Investigação Comum da Comissão Europeia (JRC) representa um pequeno passo para resolver uma das principais dificuldades da liberalização comercial entre os Estados Unidos e a União Europeia (UE): a harmonização das normas técnicas e medições.

O acordo assinado estabelecerá um panorama para a cooperação transatlântica em termos de normas técnicas e métodos de medição em inúmeras áreas, como energia (eficiência energética, redes inteligentes e interoperabilidade), transportes (incluindo a normatização para apoiar a implantação da eletromobidade), nanotecnologia, saúde e medições clínicas. “Ele (o acordo) também servirá como um exemplo de liderança no processo de estabelecimento dos padrões globais”, explicou o diretor-geral do JRC, Dominique Ristori.

UE e Japão avançam nas negociações para um Acordo de Livre Comércio

A União Europeia e o Japão concluíram a segunda rodada de negociações para um Acordo de Livre Comércio (TLC) no dia 3 de julho, em Tóquio, dois meses após a primeira rodada. Os 14 grupos de trabalho objetivaram estruturar os textos que se tornarão os capítulos do Acordo e discutiram tópicos relacionados ao comércio, como bens, serviços, investimentos, regras de concorrência, compras governamentais e desenvolvimento sustentável (trabalho e meio ambiente).

[Segundo a Comissão Europeia](#), espera-se que um acordo entre os dois gigantes econômicos aumente o Produto Interno Bruto (PIB) europeu entre 0,6% e 0,8% e gere 400 mil empregos. Também se espera que as exportações da UE para o Japão aumentem em 32,7%, e as exportações japonesas para a UE cresçam 23,5%.

O Japão é o sétimo maior parceiro comercial da UE em nível mundial e o segundo maior parceiro do bloco econômico na Ásia, depois da China. Em 2011, as exportações da UE para o país asiático chegaram a 49 bilhões de euros, com destaque para os setores de máquinas e equipamentos de transporte, produtos químicos e produtos agrícolas. Vale destacar também que o Japão é um dos principais investidores na UE.

Já a UE é o terceiro maior parceiro comercial do Japão, depois da China e dos Estados Unidos. Em 2011, as importações da UE provenientes do Japão representaram 67,5 bilhões de euros. Entre os itens mais comercializados estão máquinas, transporte e produtos químicos.

A próxima rodada de negociações será em Bruxelas, entre 21 e 25 de outubro, e está prevista uma nova rodada para o início do próximo ano.

CONTEXTO

Os preparativos para a realização do acordo de livre comércio entre o bloco econômico europeu e o país asiático se iniciaram em maio de 2011, na reunião de [Cúpula União Europeia-Japão](#). Após um ano e meio de intensas discussões, em novembro de 2012 o Conselho da União Europeia deu seu aval à Comissão para o início das negociações. A primeira rodada foi realizada em Bruxelas, entre os dias 15 e 19 de abril deste ano.

Colômbia-UE: acordo comercial entra em vigor a partir de agosto

As barreiras comerciais entre a União Europeia (UE) e a Colômbia deixarão de existir a partir de 1º de agosto, quando entra em vigor o acordo comercial global. O objetivo é abrir mercados e, ao final do período de transição, não será aplicado nenhum direito aduaneiro sobre os produtos industriais e pesqueiros. A previsão da Comissão Europeia (CE) é que os exportadores de ambos os lados poupem até 500 milhões de euros por ano apenas em redução de tarifas.

Segundo a CE, a principal vantagem desse novo regime comercial é a criação de um ambiente de negócios mais transparente e previsível. Espera-se que tais condições estáveis gerem oportunidades consideráveis para as empresas e consumidores europeus e colombianos.

O acordo inclui disposições abrangentes sobre o respeito aos direitos humanos, ao Estado de Direito e à efetiva implementação das convenções internacionais sobre direitos trabalhistas e proteção ambiental. As organizações da sociedade civil serão sistematicamente envolvidas no monitoramento desses compromissos.

O acordo foi assinado em junho de 2012 pela UE, Colômbia e também pelo Peru, que já completou o processo de ratificação e aplica as novas normas desde março deste ano. Agora o acordo valerá para as três partes, tendo também como objetivo promover a integração regional entre os países andinos. A CE espera que seja uma porta aberta à associação de outros países da região, como Equador e Bolívia.

CONTEXTO

A UE é a terceira maior fonte de importações da Colômbia, principalmente com máquinas e equipamentos de transporte, e também o segundo maior destino das exportações da Colômbia. A demanda europeia dos produtos colombianos é principalmente nos setores agrícola, de combustível e de mineração. O acordo comercial deverá permitir à Colômbia diversificar suas exportações para a UE, não só nas áreas de agricultura e pesca, mas também no setor industrial. Em 2012, o volume de comércio entre a UE e a Colômbia atingiu mais de 14 bilhões de euros. A UE continua a ser também um dos maiores investidores na Colômbia.

Mais informações neste [link](#).

BRUXELAS EM MOVIMENTO

UE lança parcerias público-privadas para fomentar pesquisa e inovação

[A Comissão Europeia lançou](#) cinco parcerias público-privadas no dia 10 de julho, sendo uma delas dedicada à indústria de bioprodutos, cujo investimento será na ordem de 3,8 bilhões de euros até 2020. O objetivo é estimular a pesquisa de recursos naturais renováveis e tecnologias inovadoras para fabricar produtos mais ecológicos para o dia a dia.

As outras quatro parcerias se referem às seguintes áreas: [desenvolvimento de medicamentos](#), [pilhas de combustível e hidrogênio](#), [aviões ecológicos e silenciosos](#), [componentes e sistemas eletrônicos](#).

No total serão investidos 22 bilhões de euros nos próximos sete anos em pesquisa e inovação. Do lado da UE, fundos de 8 bilhões de euros virão do programa Horizonte 2020, validado no dia 17 de julho. Outros 4 bilhões de euros serão provenientes dos Estados-Membros e 10 bilhões de euros sairão do caixa do setor privado.

O objetivo da UE, segundo a Comissão Europeia, é reforçar a competitividade da indústria em setores que “criam empregos altamente qualificados” e já garantem mais de 4 milhões de postos de trabalho. “O trabalho conjunto permitirá abordar questões a que nenhuma empresa ou país pode responder isoladamente”, declarou a comissária europeia responsável pela Investigação, Inovação e Ciência, Máire Geoghegan-Quinn.

UE cria plataforma de debate sobre bioeconomia

A Comissão Europeia (CE) nomeou 30 especialistas para formar o [Painel de Bioeconomia](#), uma plataforma de debates de alto nível sobre o tema. O objetivo é que esse *think-tank* de notáveis apresente sugestões para ações conjuntas europeias e medidas no setor, levando também em consideração opiniões do [Observatório de Bioeconomia](#) e outras iniciativas. Em suma, o seu papel será auxiliar a CE na implementação de uma estratégia nesse sentido.

Os membros do painel são representantes de vários grupos de interesse, como a comunidade científica e os pesquisadores, os produtores primários, a indústria, os formadores de opinião e a sociedade civil. Eles foram nomeados para um mandato de dois anos. A primeira reunião será realizada em setembro.

Consumidores europeus estão confusos com informações sobre produtos ecológicos

Cerca de 80% dos europeus estão preocupados com o impacto ambiental das suas compras, mas apenas um quarto diz que adquire produtos ecológicos “de forma regular”, revela a mais recente [pesquisa de opinião da UE](#), divulgada no dia 5 de julho. A maioria (54%) dos 25.568 entrevistados para a pesquisa afirmou comprar “às vezes” produtos ecologicamente corretos.

Cerca da metade dos europeus estaria disposta a mudar seus hábitos de compra por razões ambientais, mas sente que não dispõe de informações e alegações ecológicas dos fabricantes, além de não confiar nas informações encontradas nos rótulos. Ainda segundo a pesquisa, o fluxo de informações ambientais confunde 48% dos consumidores europeus.

Segundo o relatório, o desafio da Comissão é atrair os consumidores para esses produtos, levando em consideração que eles são mais caros do que os não ecológicos. O comissário europeu responsável pelo meio ambiente, Janez Potočnik, acredita que uma melhor rotulagem poderia estimular o consumidor europeu. “É claro que todos nós queremos ver os produtos ecológicos nas prateleiras, mas essa pesquisa mostra que a maioria de nós acha as informações oferecidas confusas e não confia nelas”, diz o comissário. “Isso não é bom para os consumidores e não é gratificante para as empresas que estão realmente fazendo um esforço”.

A pesquisa foi encomendada pela Direção Geral de Meio Ambiente e aplicada pela *TNS Political & Social Network* nos 28 Estados-Membros da UE, entre 4 e 10 de dezembro de 2012.

Leia mais informação neste link: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-310_pt.htm

Destaques de agosto de 2013

Recesso das instituições europeias.

Destaques de setembro de 2013

- 4 [Parlamento Europeu – Bruxelas, Bélgica](#)
Seminário *Towards an effective European strategy for innovating industries* – enfoque em produtos cirúrgicos, indústria automotiva e setor de defesa. O comissário responsável pela Empresa e Indústria, Antonio Tajani, fará as conclusões.
- 9-12 [Parlamento Europeu – Estrasburgo, Bélgica](#)
Reunião plenária. Previsão de debate e voto da Diretiva relativa à qualidade dos combustíveis e da Diretiva relativa à energia proveniente de fontes renováveis (alterações indiretas da utilização dos solos). O relatório será feito por Corinne Lepage.
- 26-27 [European Conference on Corporate R&D and Innovation – Sevilha, Espanha](#)
A 4ª Conferência Europeia sobre Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) Empresarial e Inovação (CONCORDI-2013) tem um programa de dois dias e vai abordar os desafios financeiros que afetam a relação entre inovação e crescimento das empresas europeias. Acontecerá no *Institute for Prospective Technological Studies (JRC-IPTS)*.
- 30 [2ndBioeconomy Forum - Global Challenges and the Bioeconomy – Part of the solution or part of the problem? A communication case – Bruxelas, Bélgica](#)
O evento é uma iniciativa do *Food Cluster*, com promoção da Direção-Geral de Pesquisa e Inovação da Comissão Europeia, e debaterá a comunicação e a bioeconomia.